

ATA DA QÜINQUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA SEGUNDA LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1998.

Aos vinte e oito dias do mês de abril, do ano de mil novecentos e noventa e oito, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua sede, sob a Presidência do vereador José Führ, estando ainda presentes os seguintes edis: Ricardo Trierweiler, Rosiméri Petry Weber, Adelar Henrique Schmitt, Romeo Vogel, Maria Beatris Weber Enzweiler, Paulo Froehlich, João Adelmo Welter e Marli Paulina Schaeffler Krummenauer. O Presidente declarou aberta a Reunião, e solicitou de imediato, à Secretária da Mesa Diretora, vereadora Maria Beatris W. Enzweiler, a procedência da leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão, e, não havendo objeções, foi a mesma aprovada por unanimidade. Em **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**, constaram: Da Câmara Municipal de Ijuí a programação do 1º Seminário Estadual de Arborização. Do Poder Executivo o ofício de número: nº073/Gab/98, encaminhando cópia da Lei Municipal Nº214. Da Assembléia Legislativa os Jornais Diário da Assembléia de números: Nº7170, Nº7172, Nº7175 e Nº7176. Havendo a existência de quorum, foi iniciada a **ORDEM DO DIA**, passando-se à votação dos seguintes Projetos: Projeto de Lei Nº012/98, que dispõe sobre o transporte escolar do Município, e dá outras providências. A relatora, vereadora Marli P. S. Krummenauer, apresentou seu parecer, o qual foi favorável ao Projeto. No momento, expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que na sessão anterior pedira vistas do Projeto, e que concluía pela necessidade de inclusão de expressão. Considerando o mesmo, apresentou o vereador Adelar H. Schmitt, emenda propondo a inclusão da expressão “e professores que lecionam no Município” no Artigo terceiro. Pediu o Presidente da Mesa Diretora, à Secretária da Mesa, que procedesse a leitura da emenda. Após, comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que a seu ver, os professores teriam todo direito de usar o transporte escolar, visto que não trazia nenhum custo adicional para a Prefeitura. Expôs o Presidente da Mesa Diretora, que conforme discutido na sessão anterior, o professor, como funcionário da prefeitura, automaticamente teria esse direito. Observou o vereador Adelar H. Schmitt, que seria importante que a expressão fosse incluída no Projeto, pois seria a garantia de que os professores poderiam usar o referido transporte, além de, que não alteraria o projeto em si. Perguntou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, se os demais funcionários da Prefeitura, com essa emenda, também não passariam a exigir o transporte. Respondeu o vereador Adelar H. Schmitt, que a emenda até impediria o mesmo, visto que especificava para quem seria, além de, no projeto, em outra parte, constar que seria executado somente nos dias e horários previamente fixados. Após a discussão, colocou o Presidente, em votação a emenda. Sendo essa aprovada por unanimidade. Dando continuidade, passou-se à votação do Projeto, o qual foi aprovado por unanimidade, em 1ª(primeira) votação. Seguindo, passou-se à apreciação do Projeto de Lei Nº013/98, que autoriza o pagamento de despesas de passagem e hospedagem a convidados oficiais do Município e dá outras providências. Apresentou o relator, vereador Paulo Froehlich, emenda, propondo a redução do valor constante no Artigo 4º (quarto), passando-o para R\$700,00(setecentos reais). Após a leitura da emenda, pela Secretária da Mesa, perguntou essa, se o valor proposto não seria muito baixo. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt se alguém já havia refletido sobre o quanto ainda, representaria o valor sugerido pela emenda. E, que, em sua opinião o valor de R\$700,00(setecentos reais) seria muito dinheiro ainda, pois que nos cinco anos passados, desde a emancipação não havia sido gasto nenhum dinheiro com essa finalidade proposta pelo Projeto. Comentou também, o vereador Adelar H. Schmitt, que caso houvesse a necessidade de contratar alguém, e as despesas ultrapassassem o valor proposto, poderia o Executivo solicitar ao Legislativo a liberação de mais recursos, pois certamente ninguém iria se opor caso a contratação pretendida fosse realmente do interesse público. Disse a vereadora Maria B. W. Enzweiler que não influiria se fosse deixado o valor apresentado no Projeto. Falou então, o vereador Adelar H. Schmitt, por quê deixar valor elevado disponível, se de antemão se

soubesse que não seria usado. Expôs o vereador João A. Welter, que se havia no orçamento a previsão de gastos com convidados oficiais, por quê o Executivo ainda mandara o Projeto de Lei. Esclareceu o Presidente da Mesa Diretora, que pelo fato de constar no orçamento, não autorizava o Executivo a usar os recursos com os fins propostos, pois para tanto seria necessário o Projeto de Lei. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que se o Executivo quisesse contratar alguém, e se a vinda do mesmo fosse por uma causa justa ninguém iria se opor na liberação de recursos para tornar o mesmo possível. Disse, julgar não ser necessário colocar quase R\$4.000,00(quatro mil reais) à disposição, para serem gastos num ano, se em 5(cinco) anos não havia sido gasto nada. Falou então, a vereadora Marli P. S. Krummenauer, que como tudo mudava, isso também poderia ser diferente. A vereadora Maria B. W. Enzweiler, expôs, que as coisas não eram mais como a quatro ou cinco anos. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt que haveria R\$700,00(setecentos reais) disponíveis e se o valor não fosse o suficiente até o final do ano, poderia o Executivo requisitar a liberação de mais recursos. Observou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que poderia haver um pouco mais de confiança no Poder Executivo. Concordou o vereador Adelar H. Schmitt, que deveria-se ter confiança no Executivo, pois se por causa justa, fosse contratado alguém, se fosse apresentada a pessoa e os custos, mesmo que esses chegassem a R\$5.000,00(cinco mil reais), seria favorável. Alertou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, para o fato de surgir fato imprevisto que exigisse a contratação imediata, e se não tivesse recursos disponíveis, como ficaria a situação. Disse então, o vereador Adelar H. Schmitt, que os eventos estavam todos eles programados, e, se fosse contratada pessoa influente, essa não firmaria contrato de um dia para o outro, e sim deveriam ser feitos contatos dois a três meses antes, pois essas sempre estavam com a agenda lotada. Comentou no instante, o vereador Ricardo Trierweiler, que o valor proposto pela emenda era realmente muito baixo, pois se fosse um pouco maior, ainda seria aceitável, além de que, toda e qualquer despesa que fosse gerada teria que ter comprovante. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, por que então não apresentava contraproposta e, que não seria a questão de comprovar a despesa, e indagou, quem definia se a pessoa convidada a ministrar palestra e o tipo de assunto, seriam os ideais. Sendo lhe respondido que seria o Executivo quem definia a questão. Observou então, o vereador Adelar H. Schmitt, se o Poder Legislativo também não poderia ter participação nessa definição, e se os vereadores não deveriam ter o direito de opinar se a pessoa a ser convidada seria a ideal. E, comentou, novamente, que não via motivos para por a disposição valor tão alto se o mesmo não seria usado. Disse que isso seria que nem destinar R\$500.000,00(quinhentos mil reais) para compra de carros, se a intenção somente seria de adquirir dois ou três, ao ano. Manifestou-se, no momento, a vereadora Rosiméri P. Weber, dizendo que faltava ser feita muita coisa importante no Município à qual deveriam ser destinados recursos, ao invés de deixar valor tão alto disponível onde não seria utilizado. Comentou então o Presidente da Mesa Diretora, que quando da votação do orçamento fora proposta a redução do percentual de abertura de crédito suplementar no índice de 2%(dois por cento), e com essa proposta como seria possível retirar dinheiro para cobrir gastos com o Projeto em apreciação. Observou o vereador Adelar H. Schmitt, que seria muito simples, pois bastaria somente solicitar autorização legislativa. Então, disse o Presidente da Mesa Diretora, por quê não havia sido deixado o percentual de 50%(cinquenta por cento) como havia sido na primeira legislatura, pois que nunca houve problema, e que confiara no Prefeito. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que se o Poder Executivo quisesse comprar algo que poderia solicitar a liberação de recursos pelo Legislativo, e indagou ao Presidente, se esse se negaria a aprovar o apresentado. E ainda, perguntou ao Presidente, se esse não teria interesse em saber no que e onde eram gastos os recursos da Prefeitura. Se somente pretendia ficar sentado de braços cruzados, vendo o Executivo decidir tudo. Observou o Presidente, que no Projeto em apreciação, estava bem clara a possibilidade do Legislativo fiscalizar. Disse o vereador Adelar H. Schmitt, que fiscalizar era um direito e um dever do vereador, independente se o Projeto permitiria o mesmo. Após a discussão, colocou o Presidente da Mesa Diretora, em votação a emenda. Auferido o resultado constatou-se ter havido empate, com quatro votos favoráveis, dos

vereadores: Adelar H. Schmitt, Rosiméri P. Weber, João A. Welter e Paulo Froehlich, e, quatro votos contrários, dos vereadores: Maria B. W. Enzweiler, Romeo Vogel, Ricardo Trierweiler e Marli P. S. Krummenauer. Cabendo ao Presidente votar, manifestou-se contrário à emenda. Expôs que confiava no Executivo e que poderia ser fiscalizado, quais pessoas seriam convidadas, e se não fossem as certas, ano que vem o projeto poderia ser rejeitado. E, que estava a favor do valor do Projeto, pois queria ver onde seria gasto o dinheiro e quem seria contratado. Seguindo, pediu o Presidente ao relator, vereador Paulo Froehlich, que apresentasse seu parecer. Sendo que esse se manifestou contrário ao Projeto. Em votação, ocorreu novamente empate, em quatro a quatro, sendo que os vereadores: Ricardo Trierweiler, Marli P. S. Krummenauer, Maria B. W. Enzweiler e Romeo Vogel se manifestaram a favor do Projeto, enquanto que os vereadores: João A. Welter, Paulo Froehlich, Adelar H. Schmitt e Rosiméri P. Weber, foram contrários. Havendo a necessidade do Presidente votar, manifestou-se a favor do Projeto, fazendo com que esse fosse aprovado por cinco votos favoráveis e quatro contrários, em 2ª(segunda) votação. Em seqüência, passou-se à apreciação do Projeto de Lei N°014/98, que cria o Conselho Municipal de Desportos(CMD), o Registro Municipal de Entidades Esportivas e dá outras providências. O relator, vereador Ricardo Trierweiler, expôs que o Projeto não poderia ser apreciado visto haverem erros no mesmo, e que esse deveria ser devolvido ao Executivo para as devidas correções. Expôs o Presidente da Mesa, que no Artigo 4º(quarto), constava que seriam seis os membros que formariam o Conselho, só que nos incisos desse artigo, onde havia a descrição de quais entidades os indicariam e o número que cada uma nomearia, constavam sete integrantes. Disse o Presidente, que no inciso segundo do mencionado artigo, constava que dois membros seriam indicados pelas ligas esportivas municipais, só que, como não havia a mesma, não precisariam ser reservadas essas vagas, já que não seriam ocupadas. E, portanto, deveria ser o Projeto reformulado, fazendo-se as devidas correções. Comentou ainda, que fizera reunião com todos os Clubes do Município para deixá-los à par do Projeto, e que observou-se, que se fosse aprovado com a possibilidade de liga esportiva indicar membros, o Conselho ficaria parado até que fosse formada liga. Dando continuidade, passou-se à apreciação do Projeto de Lei N°015/98, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. O relator, vereador Romeo Vogel, expôs que não teria dúvidas sobre o Projeto e apresentou seu parecer, o qual foi favorável. Em votação esse, foi aprovado por unanimidade em 2ª(segunda) votação. Após, passando-se às **EXPOSIÇÕES PESSOAIS**, pediu o Presidente da Mesa Diretora, vereador José Führ, aos edis que, apresentassem suas reivindicações. Apresentou, então, no momento, o vereador Adelar H. Schmitt as seguintes proposições: o ofício n°005/AHS/98(número zero zero cinco barra noventa e oito) solicitando que após ouvido o plenário, fosse enviada a todos os estudantes de nível superior do Município a manifestação n°006/AHS/98(número zero zero seis barra noventa e oito), que se encontrava anexa. Pela manifestação convidava os estudantes a assistirem a próxima sessão da Câmara; Ofício n°006/AHS/98(número zero zero seis barra noventa e oito), encaminhando os pedidos de informação n°005/98(número zero zero cinco barra noventa e oito) e n°006/98(número zero zero seis barra noventa e oito), e solicitando, que após apreciação plenária, fossem enviados ao Poder Executivo. Pelo primeiro, solicitando que a Administração informasse os motivos de estar fazendo economias, somando altos valores em aplicações financeiras, e quais as intenções de investimentos. No segundo, solicitava que a Administração informasse se possui laudo sanitário da água do poço artesiano, recentemente perfurado, na localidade de Picada Schneider, visando abastecer aquela comunidade, e o volume de água/hora que este fornecia; Ofício n°007/AHS/98(número zero zero sete barra noventa e oito), encaminhando, em anexo, a manifestação n°007/AHS/98(número zero zero sete barra noventa e oito) e solicitando, que após apreciação plenária, fosse a mesma, enviada ao Poder Executivo. Pela manifestação alertava o Executivo, para o fato de que a documentação enviada através do Of.n°073/Gab/98(ofício número zero setenta e três barra gabinete barra noventa e oito) não estava informando especificamente o valor dos gastos com manutenção da frota de veículos da

Secretaria de Obras e sim o montante das despesas com manutenção da frota de veículos, máquinas e implementos rodoviários; Ainda apresentou, o vereador Adelar H. Schmitt, o ofício nº001/BancPDT/98(número zero zero um barra bancada do PDT barra noventa e oito), solicitando, que após ouvido o plenário fosse encaminhada a indicação nº001/98(número zero zero um barra noventa e oito) e a manifestação nº001/98(número zero zero um barra noventa e oito), que estavam anexas, ao Poder Executivo. Na indicação, a bancada indicou a inclusão de dotação no orçamento para 1999, visando doação de recursos financeiros à Sociedade Esportiva soberano. Pela manifestação, a bancada encaminhava, em anexo, abaixo-assinado, que apresentava anseio da comunidade de Nova Vila. Também apresentou o vereador Adelar H. Schmitt, o pedido de informação nº001/98(número zero zero um barra noventa e oito) da bancada do PDT, na qual sendo solicitados esclarecimentos ao Presidente da Mesa, pela contratação de assessoria jurídica para a Câmara. Na medida em que o vereador Adelar H. Schmitt entregava as proposições ao Presidente, esse, as repassava para a Secretária da Mesa, para procedência da leitura. Após a leitura, passou-se à discussão e votação das mesmas, iniciando-se pela manifestação nº006/98, que convidava os alunos de nível superior à prestigiarem a próxima sessão. Perguntou na oportunidade, a vereadora Maria B. W. Enzweiler, ao vereador Adelar H. Schmitt, o motivo do convite. Respondeu o vereador Adelar H. Schmitt, que o fizera considerando que noventa por cento desses estudantes seriam futuros professores, e que seria importante que estivessem cientes da função e da situação política do Legislativo, além de ser, nessa sessão, prevista a apreciação do projeto que trata do transporte escolar, o qual seria de interesse desses. Observou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que o projeto se destinava ao transporte escolar de alunos do nível fundamental e do 2º(segundo) Grau, não tendo nada a ver com o terceiro grau. E que, conforme discutido na reunião anterior, sobre a hipótese desses alunos usar do transporte escolar oferecido aos alunos do segundo grau, seria necessário que a questão fosse bem estudada, pois haveria a possibilidade do mesmo acarretar em aumento de custos para a Prefeitura. Pois, se no próximo ano aumentasse o número de alunos, e fosse necessário colocar ônibus a disposição desses que freqüentam faculdade, teria-se um aumento nas despesas da Prefeitura. Comentou no instante, a vereadora Marli P. S. Krummenauer, que os municípios vizinhos, nem ofereciam gratuitamente o segundo grau, enquanto que aqui não custava nada. Perguntou na oportunidade, o Presidente da Mesa, se o convite interessava mais a alguns edis, ou aos alunos, e quais eram os que ansejavam pelo transporte. Respondeu o vereador Adelar H. Schmitt, que o interesse seria totalmente dos alunos e todos que freqüentavam faculdade gostariam de receber o auxílio. Expôs a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que a Administração passada fora muito contra esse paternalismo, só que no presente estavam querendo que a municipalidade fizesse tudo. Considerando, que a Prefeitura não teria nem se quer obrigação com o segundo grau, visto ser somente atribuição zelar pelo primeiro grau. No momento, comentou o Presidente da Mesa Diretora, que conforme discutido na reunião anterior, os estudantes de nível superior estavam recebendo considerável auxílio, que era a bolsa de 50%(cinquenta por cento) das mensalidades, e que no presente os estudantes, no geral, estavam recebendo bastante ajuda, pois quando seu filho fizera o segundo grau no Município de Ivoti, tivera que pagar todas as despesas, não recebendo bolsa, e que nenhuma prefeitura ajudara. Disse que o vereador Adelar H. Schmitt era testemunha do mesmo, pois também era estudante na época. Observou a vereadora Rosiméri P. Weber que seria muito importante a Prefeitura conceder bolsas aos estudantes de terceiro grau, em especial aos que cursavam magistério, pois não adiantaria lutar pela implantação do segundo grau, no Município, se não tivesse professores para lecionar. Comentou a vereadora Maria B. W. Enzweiler que até concordava com o mesmo, só que qual seria a garantia de que o Município teria algum retorno desses que cursavam engenharia, arquitetura, ou qualquer outro curso. Questionou o vereador Adelar H. Schmitt o comentário da edil, dizendo que então se imaginasse um município só com analfabetos e outro onde todos tivessem nível superior, se não fosse lucro o último caso. Tendo concordado a vereadora Maria B. W. Enzweiler com o mesmo. Disse o vereador Adelar H. Schmitt, que se

trouxesse retorno, isso seria o mais importante. Expôs a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que os alunos de terceiro grau, todos tinham seu emprego e eram adultos, tendo condições de custear o curso, pois que a seu ver o Município deveria se preocupar com o nível fundamental, que era o básico. Comentou o Presidente da Mesa, que anos anteriores, somente um ou outro aluno recebia bolsa, e se no presente todos estavam recebendo, era sinal de que as coisas estavam melhorando. Falou ainda, a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que não seria contra o fato do convite, pois que sempre estava convidando os munícipes a assistirem as sessões, e quando maior número melhor, pois seria importante que estivessem a par das atividades do legislativo. Colocado em votação o encaminhamento da manifestação, foi o mesmo aprovado por seis votos favoráveis e dois contrários. Tendo se manifestado contra, os vereadores Ricardo Trierweiler e Marli P. S. Krummenauer. Após, passou-se à discussão do pedido de informação nº005/98(zero zero cinco barra noventa e oito). Comentou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que se a Administração estava fazendo economias, era certo que tinham planos, considerando que na campanha havia sido prometido tanta coisa, e ainda havendo três anos até o final do mandato. Disse o vereador Adelar H. Schmitt, que pelo dinheiro em caixa, deveriam realmente pretender fazer muito. Observou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que, somente estava meio difícil para a Administração trabalhar, considerando que não dispunham de muito tempo, pois de certa forma, a Câmara de Vereadores estava atrapalhando ao invés de ajudar. Indagou o vereador Adelar H. Schmitt, em que sentido estaria dificultando o trabalho do Executivo. Respondeu a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que seria no sentido de ter que responder inúmeros pedidos de informação. Falou também, que o vereador poderia simplesmente ir na Prefeitura e pedir ao funcionário responsável que lhe mostrasse os dados e que não haveria necessidade de reivindicar por escrito através da Câmara. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que se fosse solicitada alguma informação sobre a situação financeira da Prefeitura, o Prefeito não seria quem a forneceria, e sim o contabilista, para o qual essa seria entregue. O que significava que o Prefeito é assessorado por diversos órgãos e secretarias, não precisando perder tempo com esclarecimentos e estando dessa forma livre para administrar. Observou o Presidente da Mesa Diretora, que os funcionários das secretarias precisavam auxiliar o Prefeito, e se estivessem ocupados com outras coisas, os trabalhos planejados pelo Administrador seriam prejudicados pela falta de tempo. Falou então, o vereador Adelar H. Schmitt, que o próprio Executivo era culpado pelo alto número de pedidos de informação, pois se espontaneamente tivesse apresentado um cronograma de obras pretendidas, não precisaria perguntar. Questionou também, os colegas, sobre se esses não tinham interesse em saber dos planos de obras da Administração, pois a população tinha. Expôs também, que talvez alguns vereadores, mais achegados, ficavam sabendo das coisas, só que não era seu caso, pois sempre que quisesse saber de algo precisava apresentar pedido de informação. O Presidente da Mesa, disse, no instante, que mesmo estando à frente dessa Casa, quando quisesse saber de algo da Administração, precisava ir perguntar. Observou o vereador Adelar H. Schmitt, que o Presidente teria acesso livre para ir perguntar. Perguntou, no momento, a vereadora Marli P. S. Krummenauer, ao vereador Adelar H. Schmitt, por quê também não ia direto ao Executivo para obter informações, ou se ele se considerava menos que alguns vereadores. Respondeu o vereador Adelar H. Schmitt, que na condição de vereador, seu local para se manifestar era a Câmara e a seu ver alguns vereadores eram pouco considerados, e portanto a forma encontrada para conseguir algo, seria a apresentação de proposições nessa Casa. Indagou então, o Presidente da Mesa, ao vereador Adelar H. Schmitt, por qual motivo esse, a alguns dias, havia telefonado à secretário solicitando cópia de nota de despesa que não era permitido fornecer, e, em virtude, do mesmo, deslocando-se em seguida à sala do funcionário Evandro Kunz onde esse mostrara o documento. Disse também o Presidente, que não era o correto telefonar pedindo documentos e sim pessoalmente indo analisá-los. Falou o vereador Adelar H. Schmitt, que telefonara pedindo que o funcionário lhe deixasse em separado o documento, e que até solicitara cópia, mas que essa lhe fora negada. Perguntou então, o Presidente, por que o edil havia solicitado cópia, se teve oportunidade de

analisar o documento. Respondeu o vereador Adelar H. Schmitt, que quisera a cópia porque precisava dela, e que ainda a queria. E, que, se fizesse o pedido de cópia pessoalmente o Executivo, esse não seria obrigado a fornecê-la, mas se fosse feito via Câmara e sendo aprovado, teria a obrigação de providencia-la, mas nem nesses casos estavam atendendo ao apresentado. Falou o Presidente que o vereador Adelar H. Schmitt, não deveria ter solicitado a cópia ao funcionário, pois esse não tinha autoridade para isso. Observou o vereador Adelar H. Schmitt, que não sabia do mesmo, e que o funcionário teve a oportunidade de perguntar a seus superiores. Comentou no momento, a vereadora Rosiméri P. Weber, que se fosse aprovado pedido de informação na Câmara, o Executivo teria a obrigação de fornecer a informação ou cópia de documento que fosse, só que o mesmo não estava acontecendo, pois havia várias reivindicações das quais não recebera resposta. Observou, o Presidente da Mesa Diretora, que junto com o balancete encaminhado na reunião anterior haviam várias respostas de pedidos e que, solicitara à secretário da Prefeitura a fixação, no mural, de balancete da movimentação da Prefeitura referente a cada mês. Concluída a discussão do pedido de informação, passou-se à votação do encaminhamento desse. Sendo o mesmo aprovado por sete votos a favor e um contrário. Tendo votado contra, a vereadora Maria B. W. Enzweiler. Dando continuidade, colocou o Presidente da Mesa, em discussão o pedido de informação nº006/98(número zero zero seis barra noventa e oito), que solicita que a Administração informe se possui laudo sanitário de poço da localidade de Picada Schneider e capacidade de fornecimento de água. Informou o Presidente da Mesa, que o laudo fora feito a três ou quatro semanas, só que não sabia se a Prefeitura já havia recebido o resultado. O vereador Romeo Vogel, esclareceu que o poço fornece dez mil e quinhentos litros de água por hora. Resultado esse havia sido obtido em teste, onde havia sido bombeado esse volume de água por vinte e quatro horas. Colocado em votação o encaminhamento do pedido, foi esse aprovado por unanimidade. Em continuidade, foi discutida a manifestação nº007/AHS/98, que fez referência a ausência da informação sobre os gastos da frota de veículos da Secretaria de Obras. Em discussão essa comentou, o vereador Adelar H. Schmitt, que nos balancetes constavam os gastos com todas as máquinas da citada secretaria, não estando especificado o gasto com os veículos. Comentou o Presidente, que a carreta agrícola estava dando enormes prejuízos à Prefeitura, pois que, constantemente estava estragada e, que os gastos em manutenção, já ultrapassavam o valor do referido veículo. Disse o vereador Adelar H. Schmitt, que ficara sabendo, que somente na reforma da caixa e do motor, haviam sido gastos R\$7.000,00(sete mil reais). Observou o Presidente que a aquisição da mesma já havia sido mau negócio, e que o ideal seria a Prefeitura se desfazer dessa. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que não tinha certeza, mas achava que a mesma havia sido doada pelo Estado, pois todos os municípios às possuíam. Falou então o Presidente que restava a dúvida se realmente havia sido doada, pois nesse caso teria sido mau negócio. A vereadora Maria B. W. Enzweiler, no instante, sugeriu ao vereador Adelar H. Schmitt, que fosse pessoalmente obter a informação junto à Administração, o que pouparia bastante trabalho. Comentou então, o vereador Adelar H. Schmitt, que se fosse pedir alguma cópia, essa lhe seria negada. Disse a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que certamente cópia não seria necessária, pois havia a possibilidade de fazer anotações. Manifestou-se o vereador Adelar H. Schmitt, dizendo à vereadora Maria B. W. Enzweiler, que se não quisesse aprovar o encaminhamento não teria nenhum problema, que ela não tinha a obrigação. Perguntou o Presidente da Mesa, ao vereador Adelar H. Schmitt, quais eram realmente, os reais motivos da solicitação. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que gostaria de saber dos gastos, e indagou, se os demais edis não tinham interesse em sabê-los. Além de, que na reunião anterior, a vereadora Marli P. S. Krummenauer, havia dito que a Prefeitura contratara ônibus para diminuir custos, e perguntou ao Presidente, se esse não teria interesse em saber qual o valor gasto, por mês, na manutenção dos ônibus da frota municipal. Ainda mais, expôs o vereador Adelar H. Schmitt, sabendo-se que a Prefeitura iria, ou havia licitado, cento e quarenta quilômetros de transporte escolar, por dia, o que arrecadaria numa despesa de R\$2.800,00(dois mil e oitocentos reais), e perguntou, se os colegas vereadores não

achavam esse valor alto, e que seria importante dispor das informações que solicitara. Concluída a discussão, passou-se à votação do encaminhamento da manifestação. Sendo o mesmo aprovado por cinco votos favoráveis e três contrários. Tendo votado contra, os edis: Marli P. S. Krummenauer, Maria B. W. Enzweiler e Romeo Vogel. Dando continuidade, apresentou o Presidente da Mesa Diretora, vereador José Führ, os motivos da contratação de assessoria jurídica para a Câmara de Vereadores. Expôs o Presidente da Mesa, que já estava no sexto ano, ocupando o cargo de vereador, e que constatara que a União dos Vereadores do Rio Grande do Sul, não oferece a devida assessoria, não por incompetência, mas pelo acúmulo de trabalho, pois havendo somente dois profissionais atuando na entidade a qual representava todas as Câmaras de Vereadores do Estado. E, que a UVERGS fizera a defesa dos vereadores, na legislatura passada, quando o Tribunal de Contas condenara o pagamento de uma sessão extraordinária, e que a mesma havia sido muito mal formulada. Pois que na reunião os edis haviam optado pelo não recebimento por essa sessão, só que a Administração, a pagara, e quando quisera devolver o valor, não tendo sido aceito, e que dera o dinheiro a entidade social. E que, quando o Tribunal fizera o apontamento, fora na confiança das pessoas, pois disseram que a UVERGS faria a defesa, o que de fato não acontecera. Comentou ainda, que na reunião paga indevidamente, foram apreciados sete projetos, de extrema importância, por serem no início do mandato e fundamentais para a Administração, e que não quisera esse dinheiro, mas depois seu nome também aparecera na lista dos condenados pelo Tribunal a devolver dinheiro. Expôs, que não foi formulada defesa, e sim dito que os vereadores eram inexperientes, considerando ser início de mandato, e que o mesmo fora praticamente uma condenação. E que se soubesse disso teria contratado advogado e pessoalmente teria se defendido. Disse também, que em outra sessão extraordinária paga por vereador ter solicitado o mesmo, devolvera o valor correspondente, assim como, na época, o vereador Arlindo Vogel e o vereador Francisco Exner. E que quando quisera devolver, novamente não quiseram aceitar, mas que questionara a Administração, sobre quem devolveria por ele o valor, caso o Tribunal julgasse indevido o pagamento daquela sessão, tendo então aceitado. Comentou ainda, que a UVERGS possuía somente dois ou três advogados em seu quadro de funcionários, e que essa entidade não tinha condições de oferecer boa assessoria, pois as vezes surgiam casos em que o advogado precisaria estar a disposição no momento, o que não seria possível quando se observasse que a entidade precisa assessorar as Câmaras de todos os municípios do Estado. Explicou também, o Presidente da Mesa, que o advogado que fosse contratado trabalharia para a Câmara e também para os vereadores, e que apesar de atuar na Casa somente em um turno e nas sessões, estaria sempre disponível através do telefone. Perguntou o vereador Adelar H. Schmitt, se no caso do advogado precisar defender algum edil, esse cobraria honorários à parte, ou se estavam incluídos no contrato. Pois se cobrasse honorários, para fazer a defesa do Presidente, que geralmente era o apontado, talvez valeria mais a pena contratar advogado específico para o caso, se ocorresse. Disse o Presidente, que no memorando solicitando a contratação do serviço talvez constaria, e pediu a Secretária da Mesa que procedesse a leitura desse. Nesse constava que a contratação abrangeria serviços técnicos profissionais de consultoria, na área jurídica, legislativa, organização administrativa da Câmara e de pessoal. Defesa judicial e/ou administrativa. Após, passou-se à apreciação da indicação nº001/98(número zero zero um barra noventa e oito) da bancada do PDT, a qual indicava a inclusão de dotação no orçamento para 1999(mil novecentos e noventa e nove), visando doação de recursos financeiros à Sociedade Esportiva Soberano. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que a Administração passada, doara R\$25.000,00(vinte e cinco mil reais) à referida Sociedade, e por essa ser a única da Sede, seria importante que recebesse apoio. Observou o Presidente da Mesa Diretora, que a Sociedade recebera o valor citado, mas que devolvera R\$500,00(quinzentos reais), pois que de todo dinheiro recebido era necessário prestar contas, e, para usar essa quantia poderia ter adquirido material para basquete, mas que o custo desse estivera na ordem de R\$1.500,00(mil e quinhentos reais), E, para não retirar R\$1.000,00(mil reais) do caixa da Sociedade, fora optado pela devolução, considerando que o

material do jogo mencionado, praticamente não seria usado, como estava acontecendo com o vôlei. Expôs, também, que diferenças de valores nas notas do frete, lhe causaram inúmeros transtornos, obrigando-o a deslocar-se por três vezes à Bento Gonçalves, onde estava instalada a filial da empresa fornecedora da madeira do assoalho, à qual possuía matriz no Nordeste. Comentou o vereador Paulo Froehlich, que a Sociedade Esportiva Soberano, estava com problema de infiltração de água, na parte mais antiga, e que essa precisaria ser coberta. Falou o vereador Adelar H. Schmitt, que a intenção da indicação era lembrar o Executivo de incluir elemento no orçamento do próximo ano, que beneficiasse a Sociedade. Disse no instante, o Presidente da Mesa Diretora, que em recente reunião com os dirigentes de todos os clubes de futebol do Município, chamara a atenção para a legalização dos mesmos, pois que o único clube com toda a documentação em dia, era a Sociedade Esportiva Soberano. Sendo que a Sociedade Esportiva Ipiranga da localidade de Nova Vila e o clube esportivo da localidade de Morro do Pedro, estavam cadastrados no CGC e tinham o estatuto, enquanto que o clube da localidade de Linha Nova Baixa e o da localidade de Picada Schneider, não possuíam nada. E, que para receber recursos financeiros seria necessário que toda a documentação estivesse em ordem. Colocado em votação o encaminhamento da indicação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Seguindo, passou-se à apreciação da manifestação nº001/98(número zero zero um barra noventa e oito) da bancada do PDT, a qual encaminhava abaixo-assinado, apresentando anseio da população da localidade de Nova Vila. Pediu o vereador Adelar H. Schmitt, que novamente fosse procedida a leitura da mesma, para que todos se lembrassem bem do conteúdo dessa, considerando a presença de munícipes da localidade de Nova Vila, que haviam se empenhado na coleta das assinaturas. Também comentou, o vereador Adelar H. Schmitt, que conforme moradores da citada comunidade, na propriedade pertencente à Prefeitura, localizada na referida localidade, havia local próprio para instalação de campo de futebol. E que somente estava sendo reivindicada a área, pois quanto à terraplanagem, munícipes da citada localidade haviam se comprometido em fazer. Alertou no instante, o Presidente da Mesa, para o fato de que a propriedade na mencionada localidade fora adquirida para fim específico, e que não sabia da legalidade de ser doada parte dessa, para outro fim. Expôs que seria a favor da doação de área ao Esporte Clube Ipiranga, mas que havia a questão legal. E que queria deixar bem claro o fato, para que se houvesse algum problema, a comunidade não pensasse que a Prefeitura não queria doar área. O vereador Adelar H. Schmitt, observou, que a seu ver haveria a possibilidade, somente teria que haver autorização legislativa para tanto, o que certamente não seria problema, complementou. Ainda comentou, que não seria necessário que fosse parte desses dezessete hectares que a Prefeitura possuía na localidade de Nova Vila, pois poderia adquirir área específica para doar à Sociedade Esportiva Ipiranga. Passando-se à votação do encaminhamento da manifestação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Também na oportunidade, apresentou, o vereador João A. Welter, o ofício nº002/JAW/98(número zero zero dois barra noventa e oito), no qual solicitava, que após ouvido o plenário, fosse o pedido de informação nº002/98(número zero zero dois barra noventa e oito), em anexo, enviado ao Poder Executivo. No pedido de informação, solicitava que a Administração informasse os motivos da demora na conclusão das obras da área de lazer da localidade de Linha Nova Baixa. Colocado em discussão o pedido de informação, comentou a vereadora Maria B. W. Enzweiler, que pelo que sabia a licitação havia sido demorada, ocorrendo sua conclusão, somente na semana que passara. Observou o vereador Adelar H. Schmitt, que a aproximadamente três semanas fora publicado edital dando como vencedora da licitação, empresa da região da fronteira do Estado, e que não sabia se ocorrera problema após. Comentou o Presidente da Mesa Diretora, que estava passando pelo local, a cada quatorze dias, e que era pena que o início fora mal feito. Expôs o vereador Adelar H. Schmitt, que no início houve problema com a documentação, o que impediu a realização das obras. Disse o Presidente da Mesa, que fora gasto muito dinheiro, no plantio da grama e na instalação da iluminação do campo. E, que a Administração deveria-se ter preocupado em fazer logo a escritura certa. Observou o vereador João A. Welter, que a grama fora plantada pela própria

comunidade de Linha Nova Baixa e que o mesmo não representou custos à Prefeitura. E, que o culpado pelo erro na documentação, havia sido o escrivão, que trocara nome de proprietário das terras adquiridas. Comentou o vereador Adelar H. Schmitt, que essa questão da escritura estava resolvida. Sendo o mesmo reafirmado pelo vereador João A. Welter, ao dizer, que a escritura estava feita, já deste março do ano passado. Perguntou o Presidente, se a licitação fora feita para construção do campo de futebol da área de lazer. Respondeu o vereador Adelar H. Schmitt, que a mesma englobaria tudo, desde a construção do campo, aos vestiários. Observou o Presidente da Mesa Diretora, que, considerando que já havia parte da área, deveria ser a mesma concluída, para que a citada comunidade pudesse usufruir dessa. Comentou ainda, o vereador João A. Welter, que a população da localidade de Linha Nova Baixa, lhe perguntava constantemente, até quando ocorreria a conclusão da área. E, que se perguntasse ao Executivo, esse lhe informava sempre, que seria no mês seguinte, mas que esse não chegava. Após a apreciação, colocou o Presidente, em votação o encaminhamento do pedido de informação. Sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Por último, agradeceu o Presidente da Mesa Diretora, à presença dos munícipes da localidade de Nova Vila, e destacou a importância do trabalho desenvolvido pelo legislativo. Como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente declarou encerrada a Reunião, marcando a seguinte, em caráter ordinário, para o dia 05(cinco) de maio, do corrente ano, no mesmo horário e local. E, para constar, Cesar Alberto Karling, Secretário da Câmara, elaborou a presente Ata a qual após lida e aprovada, será subscrita pela Secretária e Presidente da Mesa Diretora.

SECRETÁRIA

PRESIDENTE